

Da descolonização à solidariedade

Remetido ao silêncio durante anos por imperativos de ordem militar, o autor, figura destacada do 25 de Abril, faz alguma luz sobre as teses que, em Portugal, se confrontaram quanto à descolonização. E afirma que a cooperação com os novos países africanos «pressupõe da parte de todos os intervenientes uma vontade política efectiva, que ultrapasse as simples declarações de intenções e se manifeste por actos concretos»

António Rosa Coutinho

QUANDO a madrugada libertadora de 25 de Abril de 1974 abriu finalmente as portas da Esperança ao povo português, derrubando um regime caduco e bafiento que se mostrava completamente incapaz de achar saída para a teia em que se tinha voluntária e ineptamente enredado, a adesão popular espontânea que o Movimento das Forças Armadas imediatamente recebeu, teve por base, mais de que uma maioria antifascista há muito existente: a de uma esmagadora maioria que se opunha ao prosseguimento das guerras coloniais.

Daí que, naturalmente, a par das primeiras medidas de democratiza-

ção da vida nacional, tais como a neutralização e dissolução da polícia política (PIDE/DGS) e a extinção da censura, a pressão popular exigisse medidas políticas imediatas para se começar a pôr termo ao flagelo dessas guerras, que se arrastavam há mais de treze anos, sem justiça, sem esperança e sem futuro. Iniciava-se assim aquilo que se convencionou chamar o Processo de Descolonização.

Acrescente-se de passagem que a pouco e pouco o Povo fora tomando consciência de que o velho regime já só conseguia autojustificar as medidas mais repressivas e impopulares, com o pretexto de manter intacto o

espírito de retaguarda, pois, segundo argumentava, «seria anti-patriótico permitir que, enquanto as nossas tropas se batiam em África na defesa de um Portugal multiracial e multicontinental, forças subversivas pusessem em dúvida a justiça e justificação do seu sacrifício». Isto significa que, na sua luta de libertação contra o regime fascista, o Povo Português teve como naturais aliados os Movimentos de Libertação que, com tremendas dificuldades, heroísmos e sacrifícios, lutavam em África pela independência dos seus países. É que, sem as guerras coloniais, não teria havido o 25 de Abril.

Logicamente, assim, o Processo



Revolucionário Português e o Processo de Descolonização desenvolveram-se em paralelo e, numa forma contínua e permanente, mutuamente se influenciaram.

Todas as grandes crises da Revolução de Abril, desde as mais abertas e referenciadas, como as de 13 de Junho, 28 de Setembro e 11 de Março, como aquelas que não passaram dos bastidores, tiveram como origem ou componente principal os problemas da descolonização. E não é por acaso ou coincidência que o Processo Revolucionário só foi sufocado — ou suspenso, como poderão pensar os mais optimistas — quando o Processo de Descolonização terminou. A maioria antiguerra colonial deixara de ter razão de existir e a maioria antifascista mostrou não possuir dinâmica revolucionária suficiente para prosseguir...

A derrota da «tese federalista»

Em qualquer maioria, se é fácil obter um consenso negativo — contra qualquer coisa — é sempre difícil, quando não impossível, obter consensos positivos. Assim, o Movimento das Forças Armadas e a maioria conjuntural antiguerra colonial, se facilmente estariam de acordo quanto à necessidade de pôr termo às guerras por meios políticos, imediatamente entraram em dissensão quanto à forma de realizar esse objectivo.

O processo não seguiu, portanto, um desenvolvimento linear, registando-se ao longo dele sucessivas adaptações e inflexões que reflectiram a mudança de correlação de forças que a própria evolução dos acontecimentos fazia verificar. Successivamente foram ensaiadas e successivamente derrotadas, várias linhas de acção que se podem resumir nas seguintes:

— Concessão às antigas colónias de uma simples autodeterminação, que viria a permitir, por referendo, a constituição de uma Federação de Estados, mantendo Lisboa como centro dirigente.

— Reconhecimento do direito à independência dos novos países,

mas promovendo através da realização de eleições improvisadas de tipo ocidental, a ascensão ao poder de burguesias locais dominadas por colonos e «assimilados», e garantindo assim a continuação duma dependência de Portugal, no âmbito de uma chamada Comunidade Lusíada.

— Promoção de uma completa independência desses países através da passagem de poderes aos Movimentos de Libertação que por ela se tinham verdadeiramente batido ou empenhado, tendo adquirido internacionalmente o estatuto de representantes legítimos dos seus povos. Criar-se-iam assim condições para que, com um desenvolvimento paralelo da situação política em Portugal, se pudessem criar, no futuro, laços de verdadeira solidariedade socialista em que se viria a basear uma cooperação de mútuo interesse para os povos envolvidos.

Como se sabe, foi esta última linha de acção e de pensamento político que acabou por prevalecer e, em consequência, passos muito importantes foram dados no sentido geral de Libertação dos povos africanos, que em muito ultrapassaram o próprio âmbito da descolonização portuguesa. Pena foi que, em Portugal, a alienação de uma classe política, provincianamente virada para uma Europa que sempre nos tratou — e continuará a tratar — como europeus de segunda, não tivesse permitido aproveitar as suas potencialidades, e nelas basear os objectivos de uma verdadeira independência nacional. Mas isso é já outra história...

O dramático êxodo

Seja dito em remate que o processo, que alguém ironicamente já chamou de «Descolonização Exemplar», não foi, nem poderia ser exemplar, e não correu completamente a contento de nenhuma das partes envolvidas. Por todos foram cometidos muitos erros, alguns evitáveis, e os traumatismos resultantes ainda se fazem sentir. Paradoxalmente, por exemplo, tendo sido o problema colonial que deu origem em Portugal à Revolução de Abril, foram as consequências da desco-

lonização e principalmente o fenómeno do retorno dos colonos — ainda um dia se há-de fazer a verdadeira história do que está por detrás do dramático êxodo de Angola em Setembro/Outubro de 1975 — que criaram as condições propícias para a sua sufocação.

Contudo, processos desta complexidade e grandeza, têm que ser avaliados em face dos seus resultados globais e não pelos seus erros e acidentes de percurso. Assim há que reconhecer que a descolonização portuguesa foi talvez o único processo histórico dessa natureza realizado sob imperativos de esquerda, ou seja com uma óptica predominantemente de justiça, sobre considerações de interesses materiais ou geo-estratégicos.

Por outro lado foram enormes as suas repercussões a nível mundial e estou mesmo convencido de que a história virá um dia a considerá-lo como parte integrante e importante do ponto de inflexão ou viragem, que representa o ano de 1974/75, marcando o início do refluxo do império capitalista e o fim de uma efêmera «pax americana» de 30 anos, com a qual se tentou — e ainda tenta — perpetuar a clamorosa injustiça da divisão planetária entre povos privilegiados e deserdados.

Aos que por tal objectivo se batem e batem, sejam quais forem as injustiças e incompreensões de que são vítimas, restará pelo menos a certeza de que o «sonho não foi em vão!»

Cooperação: das declarações de intenção aos actos...

Passados mais de sete anos sobre o acesso à independência das nações que foram as antigas colónias, a opinião pública portuguesa continua a acompanhar sempre com interesse — embora nem sempre com simpatia ou compreensão — os progressos e vicissitudes do seu desenvolvimento. E, saradas ou atenuadas pelo tempo as principais sequelas da descolonização, tornou-se generalizado o reconhecimento, mesmo nos meios mais reaccionários, do interesse que, para Portugal, apresenta uma cooperação mais intensa nesse desenvolvimento.



O almirante Rosa Coutinho, autor do artigo, e o presidente Agostinho Neto: uma amizade profunda e antiga

Por outro lado, passados os primeiros tempos e compreensível euforia pela independência tão duramente alcançada, e os pequenos excessos que levaram ao abandono ou retracção de muitos residentes portugueses que agora fazem falta, esses países reconheceram rapidamente a validade da cooperação portuguesa, alicerçada numa língua comum, numa interpenetração secular de culturas e em hábitos de trabalho e de comportamento que fazem que os portugueses se sintam nesses países apenas como semi-estrangeiros.

Reconhecido assim, por quase unanimidade, o interesse mútuo da cooperação, há que fomentá-la a todos os níveis, tanto governamen-

tais como privados, o que pressupõe da parte de todos os intervenientes uma vontade política efectiva, que ultrapasse as simples declarações de intenções e se manifeste por actos concretos. Mas há também que não reduzir os interesses mútuos dessa cooperação a simples objectivos materiais. E é aqui que entra o problema da solidariedade.

Sabemos bem que entre os actuais dirigentes portugueses no poder, e os dirigentes dos países africanos de expressão oficial portuguesa, não há, nem haverá provavelmente a curto ou médio prazo, uma identidade de pensamento político. Isso não impedirá que, obedecendo ao princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros estados, se

estabeleçam relações de cooperação mutuamente frutuosas. Mas é necessário que simultaneamente não se consintam ou promovam acções externas capazes de solapar os acordos efectuados, por razões de falta de confiança.

É sabido, por exemplo, que em Portugal actuam às claras, e por vezes com conivência ou protecção de autoridades ou partidos políticos com responsabilidade governamental, denominados representantes de grupos que declaradamente se propõem desestabilizar e derrubar os regimes de Angola (UNITA) e Moçambique (MNR). O descaramento da sua actuação é tal que revistas e publicações de larga difusão internacional (*Afrique Defense*, por ex.) difundem constantemente os seus ditos «comunicados» e «informações», com a menção de terem sido emitidos, pelos representantes das respectivas «organizações», em Lisboa.

Por outro lado, meios de comunicação estatizados, jornais, rádio e televisão, quase tudo o que difundem relativamente a esses países é de origem hostil. É claro que as autoridades se defendem argumentando com a liberdade jornalística das redacções que não podem influenciar, etc., etc., mas a hipocrisia de tal argumentação, se dificilmente seria aceite por qualquer chancelaria ocidental, muito menos o será pelos dirigentes africanos. Será isso o que os nossos governantes entendem por demonstrações de solidariedade?

«Os fenícios da Europa»

Nas suas relações com o mundo exterior, desde os tempos do mercantilismo pré-colonial, Portugal tem tido sempre tendência para actuar como intermediário. Daí que, no seu contacto com os povos distantes, os navegantes e mercadores portugueses procurassem, quase sempre, vender e comprar produtos e mercadorias não gerados no próprio país, ou não destinados ao consumo interno. Por isso, alguém nos chamou, com propriedade, os «fenícios da Europa».

Mais tarde, todos sabemos que,

no ordenhar da vaca colonial, a Portugal coube sempre — e apenas — o leite desnatado. Outros países mais ricos e possuidores duma burguesia mais dinâmica e desenvolvida, perante os quais a fraca e inepta burguesia nacional se colocou sempre em situação de estrita dependência, ficaram com a nata. E é exemplo já clássico nos estudos históricos de economia internacional que o ouro recolhido no Brasil acabou por ir parar, na sua maior, a Inglaterra, constituindo aí um factor de acumulação capitalista que propiciou a Revolução Industrial.

Nesta época nova que se abre à nossa actividade internacional, com o aprofundamento das relações de cooperação com os novos países de expressão oficial portuguesa, iremos continuar a cometer os erros do passado? Ou, apesar da nossa relativa incapacidade industrial e tecnológica, vamos aproveitar a oportunidade para uma mudança de atitude e de mentalidade? Isto é — falando cruamente — nas relações trilaterais

em que a nossa cooperação se verá certamente envolvida, vamos tomar o partido dos «patrões» ou o dos povos a que nos ligam, para além dos interesses materiais, sólidas relações de amizade?

Logo após a descolonização, os meios político-económicos mais evoluídos da cena internacional perceberam a vantagem de aproveitar, em seu próprio interesse, as excepcionais capacidades de relacionamento de Portugal com as novas nações africanas. Várias personalidades da cena política portuguesa devem assim grande parte da projecção internacional a que foram elevadas, à sua potencial capacidade de actuarem como «caixeiros-viajantes» para África. Alguns até já perderam parcialmente esse apoio, por terem perdido credibilidade junto dos dirigentes africanos, em virtude de posições ambíguas, ou mesmo hostis, que tomaram a respeito dos regimes a que presidem. É que, para os «directores comerciais» do sistema, a principal qualidade

que exigem a um «caixeiro-viajante» é a de manutenção de credibilidade e confiança junto dos potenciais «compradores».

Mas posto isto, atrevemo-nos a perguntar: Será esse o papel que nos estará fatalmente reservado na divisão internacional de trabalho e actividades? Ou teremos vontade e capacidade para nos libertar dessa situação de total dependência e actuarmos como país soberano defendendo interesses próprios e dos povos irmãos?

Sabemos que a actuação que preconizamos não é fácil e que, para além da atitude de solidariedade que deverá presidir às relações de Portugal com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, as situações concretas de colaboração e cooperação exigem, muitas vezes, acções pragmáticas. Mas se o pragmatismo é certamente uma virtude, o seu exercício é delicado. Do pragmatismo ao oportunismo vai um saltinho de cobra... □